

DIZEM COM ORGULHO OS MINEIROS DE MORRO VELHO:

O Sindicato Foi o Berço da Legislação Mineira

RUI FACÓ (Enviado especial de MR a Minas Gerais)

Logo depois que a Hanna adquiriu as ações desvalorizadas da antiga St. John d'El Rey Mining Company, em Nova Lima, dois emissários da empresa lanque vieram a Minas. Atendidos pelos nomes de Madel e Gustavo, Mastroram, de imediato, interesse em conversar com o advogado do Sindicato dos Mineiros de Morro Velho, Wilson Vidigal, e uma de suas primeiras perguntas ao cavidico foi esta:

— Dr., em que medida é possível recuperar a mineração de Morro Velho reafirmando as lutas reivindicatórias dos mineiros?

Esta pergunta revelava o pleno conhecimento que os emissários da Hanna tinham das lutas reivindicatórias dos mineiros de Morro Velho. E inquietavam-se por isso.

Havia razão para tanto. Os operários da mina de ouro de Morro Velho têm uma antiga e bela tradição de combates por seus interesses econômicos, que muitas vezes se ligam estreitamente às lutas políticas do povo brasileiro contra o imperialismo.

Até fins do século passado, até a abolição da escravidão, o regime de trabalho dominante na mina dispunha qualquer qualificação. Mesmo a reduzida número de trabalhadores livres eram forçados a acompanhar as farras do trabalho escravo. Não por acaso, velhos mineiros me dizem — «Esta mina é um cemitério...»

Sim, os seus 2.400 metros de profundidade foram cavados na curva de uma batelha mais que secular contra a rocha, desgastando corpos humanos, derramando sangue, roubando vidas. Ainda hoje existem lápides e colunas encimadas por cruzes assinalando o lugar onde caíram técnicas estrangeiros no subsolo. O número de brasileiros mortos não tem conta — nos desmoronamentos, nos explosões de gás, nos acidentes fatais — e seus nomes se perderam naqueles labirintos sembrados.

Mas estas vidas sacrificadas geraram um estado de ânimo combativo que particulariza os mineiros de Morro Velho. Não foi de noite para o dia que eles adquiriram consciência da sua situação de explorados e oprimidos e aprenderam a lutar por seus direitos. A própria escravidão deixara uma desgradada tradição de conformismo, que só aos poucos foi sendo quebrada. Muitas vezes a consciência de sua situação de explorados lhes foi levada por trabalhadores de outras centras mais adiantadas. Ainda hoje conta-se entre os mineiros de Morro Velho o episódio dos «cariocas» que, no começo do século, foram recrutados para trabalhar na mina.

Havia anônima escassez de mão-de-obra enquanto a extração do ouro se fazia apenas com a força bruta. Um

mínimo de mecanização, que ainda hoje está longe de ser moderna. Cerca de duas centenas de cariocas sujeitaram-se a trabalhar em Morro Velho, mas com uma condição: perceberiam um salário que era — e eles não o sabiam — 10% superior ao vigente na mina. Embora sua capacitação de serviço fosse nula, autênticos novatos que eram, foram bem recebidos pelos operários locais, que não estranharam absolutamente a diferença de salário. Admitiram de bom grado. Mais ainda, demonstravam-lhes solicitude e solidariedade, encaminhando-os nos primeiros passos.

Certo dia, porém, ao receberem o salário — majorado em 10% sobre o dos demais mineiros — caube os próprios cariocas levantarem um protesto ante a desigualdade.

— Não é justo que vocês trabalhem melhor do que nós e recebam menos. Vamos exigir equiparação...

A direção da mina, ao saber do episódio, lançou mão do recurso habitual naquela época: apêlo para as autoridades de Belo Horizonte, que enviaram a cavalaria contra os mineiros de Morro Velho. Os cariocas foram expulsos.

Assim os trabalhadores de uma cidade mais adiantada e com uma secular tradição de liberdade levaram às montanhas de Minas, aos mineiros de Morro Velho, uma parcela da consciência de sua condição de explorados.

Tentativas de organização

Daram também do começo do século as primeiras tentativas de organização dos mineiros de Morro Velho. Tódos, porém, malograram. Ante eles se erguia uma barreira mais dura do que a rocha que eles perfuravam à busca do ouro: a oposição feroz, que ia até violências selvagens, por parte da companhia inglesa.

Acredita-se que a primeira tentativa de organização profissional dos mineiros de Morro Velho tenha ocorrido depois da Primeira Guerra Mundial. Por iniciativa do operário José Mamede e outros foi fundada a Junta Auxiliar dos Mineiros de Nova Lima. No entanto, quando os ingleses perceberam que esta organização não se limitava a objetivos beneficentes, pois distribuía valores entre os operários sobre suas necessidades e direitos, foi a organização considerada «subversiva». Mais uma vez a empresa estrangeira pediu os cavalariáos da Capital do Estado contra os operários, que já eram tachados de comunistas.

Ulterior tentativa, no governo Epitácio Pessoa, gerou também.

Surge o sindicato

Sómente em 1934, um operário do fundo da mina, que além disso exercia a

profissão de sapateiro, Emerenciano Franklin Sales, juntamente com outros trabalhadores do subsolo, cogitou a fundação de um Sindicato. Emerenciano acreditava possível organizar o Sindicato a portas fechadas. Os demais se apuseram, entre estes Gilberto Branco, argumentando com justiça:

— Um sindicato dos mineiros seria uma organização numerosa. Deveria congrega operários de todos os setores da mina: do subsolo, da superfície, de Nova Lima, de Raposos. Deveria, portanto, atuar abertamente.

A época favorecia. Estava-se no auge das lutas antifascistas no Brasil e no mundo. As organizações operárias e de massas se multiplicavam por todo o País. Por que um sindicato operário clandestino?

Se na primeira reunião estavam presentes apenas cinco operários entre os quais Gilberto Branco, Joaquim José, Martinho Marciano e Francisco Rodrigues, na segunda já eram uma dezena. As primeiras assembleias por eles convocadas contavam com centenas de operários. Depois vieram as providências de rotina: elaboração dos estatutos, reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, etc.

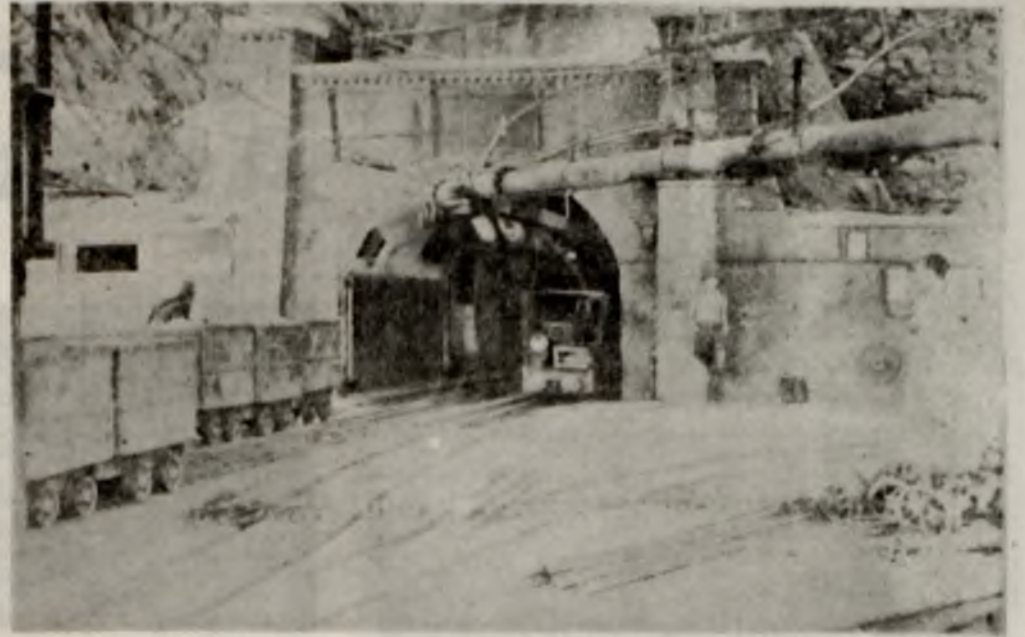
O Sindicato passou a funcionar normalmente, dirigido as lutas dos operários por aumento de salários, melhores condições de trabalho, pagamento da taxa de insalubridade, pela jornada de 8 horas (pois se estendia até a 12 horas), pela melhoria da técnica na extração do ouro, pelo descanso semanal remunerado, pelo salário mínimo, e outras exigências que as lutas operárias conjugadas nacionalmente tornariam vitoriosas.

O sindicato se impõe

Mas precisamente estas lutas inquietavam os patrões de Morro Velho. Em 1936, ao ser criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, fruto de árduas lutas dos mineiros, surgiu a denúncia de atividades subversivas contra 18 operários da mina. Fato sintomático: dos 18 denunciados, 13 pertenciam à direção do Sindicato. Porque o Sindicato se transformara num órgão de luta, a Companhia inglesa resolveu liquidá-lo com a liquidação de sua diretoria.

Os indicados foram submetidos a processo e demitidos, embora contra eles nada fosse apurado. O objetivo único da companhia estrangeira era a desmoralização da comunidade de Morro Velho provados diligentes operários, os mais experimentados e combativos. E com a ajuda da justiça o conseguiu.

A esta época já estava desencadeada a reação contra as organiza-



A boca da mina de Morro Velho

ções operárias no País, a qual recrudesceria mais ainda a partir de 10 de novembro de 1937, com o golpe de Estado e o surgimento do Estado Novo de Vargas.

O Sindicato dos mineiros de Morro Velho foi submetido a intervenção do Ministério do Trabalho. Não conseguiu porém suprimí-lo, como fizeram a muitas outras organizações operárias pelo Brasil fora. Ele continuou a ser o centro aglutinador da população mineira de Nova Lima e Raposos, lutando não só pela própria sobrevivência como contra a formação de sindicatos fantasmas que os patrões jamais deixaram de propiciar, em tentativas ininterruptas de quebrar a unidade dos mineiros de Morro Velho.

As eleições de sua diretoria continuaram a realizar-se normalmente. A Gilberto Branco, o primeiro presidente, sucederam-se, a partir de 1935, Gabriel Barbosa, novamente Gilberto, José Antônio, Alencastro Lima, José Neri, Geraldo Braga, José Nilo Rosário, José Alexandre e, por último (1959-1960), Alberto Lenos Mota, atual presidente do Sindicato cuja denominação oficial é — Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima.

Sindicato único

O Sindicato dos Mineiros de Morro Velho tem hoje no centro da cidade de Nova Lima uma magnífica sede própria, de dois pavimentos, na Praça Bernardino Lima, 63. É um dos sindicatos mais bem organizados do Brasil e aquele que congrega a totalidade dos operários mineiros da região onde atua. A organização sindical fundada a man-

Aqui é a boca da mais profunda mina de ouro do mundo, a do Morro Velho. Há mais de um século, entram por ela, diariamente, milhares de operários. Muitos ficaram sepultados no fundo da mina. Mas aqui também nasceu a solidariedade e a combatividade dos bravos mineiros de Nova Lima, que se tomaram a vanguarda das lutas mineiras no Brasil.

do da Companhia, durante o Estado Novo, extinguiu-se antes deste. Era um sindicato unicamente de pelegos e que de fato nada representava, a não ser os interesses dos patrões.

O Sindicato dos Mineiros de Morro Velho, com quase 5 mil filiados, mantém diversos serviços assistenciais: dentário, enfermagem, jurídico, cursos de corte e costura (custeados pela Comissão de Imposto Sindical), uma escola de alfabetização de adultos, uma boa biblioteca (cerca de 500 volumes). E seu funcionamento é tão satisfatório e adquiriu o Sindicato tamanho prestígio que atende mesmo a trabalhadores de outras categorias, como os operários da construção civil de Nova Lima, que não contam ainda com sindicato próprio.

O Sindicato dos mineiros de Nova Lima e Raposos está filiado à Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa de Minas Gerais, que compreende sindicatos de mineiros de Nova Lima, Brumadinho, Oura Preto, Itabira, Cochoeira de Campos, Passagem de Mariana, Congonhas do Campo, Carandá e Lafaiete.

Mas a Hanna não desiste

Ninguém em Nova Lima soube explicar-me, mas a fato é que a Hanna, no prazo de três meses — fato absolutamente inédito — conseguiu organizar, registrar e ter reconhecido pelo Ministério do Trabalho um outro Sindicato: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Metais Básicos, com sede (nominal) em Belo Horizonte. Dizem-me os meus informantes: foi um tempo recorde na criação de qualquer sindicato no Brasil.

E o objetivo evidente da Hanna é minar a influência do Sindicato dos mineiros de Nova Lima, quebrar a unidade dos operários de Morro Velho para mais facilmente explorá-los e amortecer suas lutas.

Em relação a esse sindicato criado pela Hanna, numa tentativa de formar uma escola de pelegos da companhia, informam-me também ser o seu funcionamento ilegal, pois enquanto a sede fica em Belo Horizonte, o presidente e o secretário moram em Poços de Caldas.

O sindicato registrado pela Hanna, e cujas categorias profissionais poderiam ser englobadas pelo de Morro Velho, não realiza assembleias, não oferece assistência médica e dentária nem jurídica e seus filiados, burlando assim a legislação trabalhista.

Sua finalidade, portanto, é mais do que evidente: visa àquele objetivo que se propunha o primeiro americano do poderoso truste que visitou Belo Horizonte e convertiu com o advogado Wilson Vidigal: frear as lutas reivindicatórias dos mineiros de Morro Velho, dos mineiros de tódos as explorações da Hanna.

Ante esta manobra, porém, se encontra vigilante o tradicional Sindicato dos trabalhadores das minas de Nova Lima e Raposos, querido e prestigiado pelos combativos operários de Morro Velho. Todos sabem que ele tem uma glória que ninguém lhe pode roubar: suas lutas deram origem a tódos a legislação trabalhista brasileira referente a minas e que é hoje uma conquista, embora incógnita, não sem importância, de tódos os trabalhadores de minas no Brasil inteiro.

Câmara Aprovou Projeto Contra a Falsa Nacionalização da Panair

A Câmara dos Deputados aprovou recentemente projeto do deputado Sérgio Magalhães que impede a inscrição no Registro Aeronáutico Brasileiro das aeronaves de empresas com mais de 20% de capital estrangeiro. Foi igualmente aprovada uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça a esse projeto, segundo a qual as empresas de aviação com mais de 20% de capital estrangeiro estão impedidas de receber as subvenções e favores cambiais previstos na legislação vigente.

Efeito prévio

O projeto aprovado pela Câmara (nº 244-B de 1959) foi remetido ao Senado para discussão. Mas antes mesmo de sua aprovação já está surtindo efeito. Sabe-se, por exemplo, que o seu primeiro resultado foi evitar, ao seu menos adiar, o controle da «Real Aeronáutica» pela companhia de aviação holandesa KLM.

De fato, tal resultado é compreensível. Tódos as empresas de aviação comercial no Brasil recebem considerável subvenção do governo e, por isso, se aprovada o Projeto 244-B, deixa de vir vantagem para estas empresas uma participação estrangeira de mais de 20% em seu capital social.

O caso Panair

A aprovação do projeto do deputado Sérgio Magalhães na Câmara representa, além disso, uma vitória dos nacionalistas em defesa dos capitais nacionais (ao proibir a subvenção ao capital estrangeiro) e, especificamente, contra as manobras da Pan American World Airways Inc., empresa norte-americana que controla a Panair do Brasil S.A. desde a sua criação (na década de 30) até os nossos dias — embora, para sua conveniência, esteja procurando fazer crer o contrário.

Estabelece o § 1º do art. 2º do projeto em questão que as empresas e montante das ações dos acionistas es-

trangeiros excede a margem estabelecida nesta lei, o Ministério da Aeronáutica considerará a sociedade em questão a estudar e a propor um plano de ajustamento de seu capital social nos termos desta lei.

Mas este plano de transferência tem que ser aprovado. Caso contrário, o Poder Executivo está autorizado a desagropriar as ações que excedem a margem de 20%. Isto significa que poderão ser evitadas as falsas transferências de ações, através de utilização dos testes-de-ferro, a exemplo da recente transferência de ações da Pan American World Airways Inc. à empresa Planejamento e Administração Guanabara, sociedade especialmente organizada pela P A W A. Inc. para lhe servir de bionba.

Testa-de-ferro

De fato, como denunciou na Câmara o deputado Elói Dutra, a Pan American quis impingir ao público uma suposta «nacionalização» da sua subsidiária Panair do Brasil. Na verdade, entretanto, continua tendo o controle, direto ou indireto, de 58% das ações da Panair. A Pan American faz grande propaganda de uma venda, realizada em 1945, de 10% de suas ações a «brasileiros» membros do Conselho de Administração da Panair, depois da qual ela teria ficado com apenas 48% do capital desta última.

Contudo, tais «brasileiros» não passam de testes-de-ferro, como mostrou o deputado Elói Dutra, pois sempre votam de acordo com os acionistas norte-americanos, nas assembleias da Panair. E já sendo eles do Conselho de Administração quando a Pan American ainda tinha, também formalmente, a maioria de ações, é evidente que se trata de homens de confiança daquela empresa.

Sociedade títere

Na realidade, a Pan American, temendo uma interferência do

governo no sentido de defender as empresas nacionais contra a concorrência e a controle estrangeiros, resolveu ampliar um pouco mais a «nacionalização» da sua subsidiária Panair, vendendo mais 18% das ações em seu poder novamente a membros do Conselho de Administração desta última, através da já citada sociedade Planejamento e Administração Guanabara.

Esta empresa, formalmente constituída de brasileiros, é em verdade controlada pela Pan American, conforme se verifica da leitura de várias cláusulas de seu contrato de constituição: uma destas cláusulas impede inclusive que os acionistas da Planejamento e Administração Guanabara vendam suas ações a terceiros (só podem vendê-las entre si) sem o prévio consentimento dos demais. Mas o projeto 244-B prevê igualmente a situação das empresas testa-de-ferro ao dispor, em seu artigo 4º, parágrafo único: Serão nulas quaisquer compromissos ou declarações que impartem direito sobre ações, por parte de pessoas proibidas de adquiri-las.

Subvenção imerecida

Além de ter 58% do seu capital direto ou indiretamente controlado por uma empresa estrangeira, e que por si só torna ilegítima a concessão a ela de subvenções oficiais, o déficit da Panair do Brasil S.A. se torna um tanto suspeito quando verificamos que esta empresa tem 33,3% do capital de 4 hotéis (3 no Rio e 1 em S. Paulo), três hotéis com um capital de... C\$ 10.000.000,00 cada e o outro com um capital de C\$ 24.000.000,00. Ou seja, a Panair, que precisa de subvenção do governo, teve mais de 16 milhões de cruzeiros disponíveis para investir em hotéis. Além disso, a Panair tem maioria de ações na Companhia Eletromecânica CELMA (capital de C\$ 60.000.000,00) da revisão de motores de aviões civis e militares.



Sérgio Magalhães (foto), nacionalizando as empresas de navegação aérea. O dep. Sérgio Magalhães é autor de numerosos projetos de caráter econômico, social e político, entre os quais a remessa de lucros das companhias estrangeiras, nacionalização dos frigoríficos, etc.